



Educação prisional e seus impactos na reintegração social do sujeito: uma revisão bibliográfica sobre as práticas educacionais nas instituições penitenciárias

Prison Education and its impacts on the social reintegration of the individual: a bibliographic review on educational practices in penitentiary institutions

Mariana Helena Carvalho Ferraz de Andrade¹; Daniel Massayuki Ikuma²

¹ Graduanda em Psicologia na UniBarretos

² Psicólogo no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Campus Barretos

RESUMO

A sociedade contemporânea utiliza ferramentas que possibilitam a difusão mascarada de mecanismos de controle centralizados nas mãos de poucos indivíduos. A prisão, que continuamente é alvo do exercício de uma autoridade reacionária, apresenta-se atualmente como local onde o sujeito é punido por suas ações passadas, mas, também, reformulado para o retorno à vida comunitária por meio de ações educativas. O objetivo principal foi investigar os impactos psicossociais decorrentes da implementação de práticas educacionais no sistema penitenciário brasileiro e a importância da educação para a reintegração do indivíduo. Para isso, a metodologia abordada foi a revisão de 14 artigos retirados das plataformas SciELO e PePsic. Para seleção e categorização dos conteúdos, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin. Conclui-se que as condições oferecidas para a educação dos encarcerados demonstram-se precárias e inconducentes com o seu propósito de reintegração social. Com isso, nota-se a importância da adaptação do modelo escolar tradicional para uma instituição penal/educativa em que o educando assume o papel de protagonista, visando a ressignificação das experiências deste. Assim, a Psicologia assume papel fundamental em integrar ensino e alunos em ações que abandonem a punição em favor da aprendizagem do sujeito.

Palavras-chave: prisão; ensino; educação prisional.

ABSTRACT

The contemporary society uses tools that enable the masked spread of control mechanisms centralized in the hands of a few individuals. Prison, which is continually the target of reactionary authority, currently presents itself as a place where the individual is punished for their past actions, but also rehabilitated for a return to community life through educational initiatives. The main objective was to investigate the psychosocial impacts resulting from the implementation of educational practices in the Brazilian penitentiary system and the importance of education for the reintegration of the individual. To this end, the methodology employed was a review of 14 articles retrieved from the SciELO and PePsic platforms. Bardin's Content Analysis was used for the selection and categorization of the content. It was concluded that the conditions offered for the education of incarcerated individuals are precarious and inconsistent with their purpose of social reintegration. This highlights the importance of adapting the traditional school model to a penal/educational institution where the student takes on the role of protagonist, aiming at the re-signification of their experiences. Thus, Psychology assumes a fundamental role in integrating teaching and students in actions that abandon punishment in favor of the subject's learning.

Keywords: prison; education; prison education.

1. Introdução

1.1 Paradigmas e transformações sociais

As mudanças sociais tornam-se cada vez mais frequentes e, com isso, os instrumentos de controle social também sofrem transformações. Segundo Prata (2005), em texto que busca compreender o conceito de “sociedade disciplinar”, desenvolvido pelo teórico Michel Foucault, o poder não é algo centralizado e localizado em apenas um só local, mas um elemento empregado por todos e que, também, submete a todos. Assim, a disciplina, quando exercida, produz corpos obedientes, eficazes e ordenados por meio de uma análise e de um encarceramento completo, temporal e punitivo.

Entretanto, para Deleuze (1992), a “sociedade disciplinar” de Foucault transmutou-se em uma “sociedade de controle”, onde tal disciplina, tal confinamento, nunca cessa. Já não haveria um espaço fechado e uma vigilância constante e punitiva, mas sim um controle rotacional e infinito.

Para melhor diferenciar os dois tipos de sociedade, Costa (2004) explica que, enquanto na sociedade disciplinar o poder seria hierárquico e visaria a transparência do sujeito, na sociedade de controle ele seria difuso, interconectado e não localizável. Para que a deslocação de uma sociedade para outra ocorresse, o autor ainda cita que, o indivíduo, em busca de uma identidade autônoma e independente das instituições às quais pertencia, passou a questionar e compreender quem exercia poder sobre sua vida e suas escolhas.

Chevitarese e Pedro (2002) afirmam que, no atual modelo social, a subjetividade, que teria então sido ponto crucial para a modificação da sociedade, é controlada pelo consumo desenfreado de produtos imateriais, como a informação e a comunicação. Com isso, há uma homogeneização identitária, uma coisificação do outro e uma arquitetura do eu, conforme Vasconcelos *et al.* (2011).

Com uma sociedade comandada por algo que não se pode ver, é comum que certas instituições sociais, como as prisões, “encarreguem-se” da prestação de assistência à população, geralmente, de classes pobres, e também de sua massificação. Apesar disso, o sistema penitenciário ainda possui práticas disciplinares no tratamento aos encarcerados, que são encobertas e mantidas por meio de mitos relacionados à segurança civil e à reformatão do sujeito (Wacquant, 2008).

A chamada “transformação” da pessoa privada de liberdade se dá, muitas vezes, com o auxílio da educação. Com a necessidade de resgatar o indivíduo, o educador e outros prestadores de assistência muitas vezes se relacionam apenas com o detento, e não com o ser humano, contribuindo para que sua presença seja vista como uma mera representação do poder judiciário (De Maeyer, 2013).

Donegá (2022) defende que, especialmente na Educação de Jovens e Adultos, há a valorização por parte do aluno (e neste caso, do sujeito privado de liberdade) para com os professores que demonstram apoio em suas jornadas para conquistarem seus objetivos. Assim, a autora defende que o diálogo, a colaboração e, sobretudo, o reconhecimento do outro como sujeito constituem elementos essenciais para a construção de uma prática educativa livre de imposições, dominação e controle por parte do educador. Essa perspectiva contrapõe-se aos modelos educacionais ainda predominantes na atualidade, marcados por relações hierárquicas e pela centralização da autoridade no processo de ensino.

1.2 Práticas educacionais

As práticas educacionais, segundo Dias (2023), sejam elas relacionadas ao educador ou ao educando, são, acima de tudo, práticas sociais que, ao longo da história, transformaram-se e, ao mesmo tempo, transformaram sociedades. Estando ligadas diretamente

à escola e à família, objetivam o amadurecimento das potencialidades do indivíduo como forma de integrá-lo ao mundo.

Ghanem (2012) assegura que tais mudanças citadas anteriormente não ocorrem isoladamente e, sim, são resultados da junção entre a educação e outros fenômenos sociais; ou seja, são frutos de um processo. Ainda é de opinião do autor que, nas sociedades contemporâneas, onde o atual sistema tem foco econômico e, consequentemente, capitalista, tais práticas podem simbolizar para o sujeito uma forma de manutenção de sua identidade social e grupal ou uma maneira de luta pela liberdade, associando-se a ela, na maior parte das vezes, uma garantia de poder financeiro e informacional. Conclui-se, então, que o peso imposto sobre o conceito de educação e o seu simbolismo na tentativa de obtenção de poder e na execução de dominância tornam o ensino e o aprendizado instrumentos da sociedade de controle, descrita por Deleuze (1992).

Nessa concepção de ascendência e autoridade social, surgem conceitos meritocráticos, excludentes e contraditórios e são vistos como uma “justiça escolar”, um jeito de igualar as disparidades entre classes, desconsiderando, em seu processo, as totalidades dos diferentes contextos nos quais se inserem (Ferreira; Alves; Palmeirão, 2023).

Buscar a compreensão e a valorização das particularidades existentes nos sujeitos é uma das condições necessárias para atingir os objetivos do ensino sem distinções (Silva; Carvalho, 2017). Para isso, Gomes e Souza (2011) sustentam que, além da capacitação dos professores, é necessário que outros profissionais que atuam na educação, como os psicólogos, rompam com a cumplicidade historicamente estabelecida entre suas práticas e o modelo tradicional de ensino, decorrente de uma sociedade dominadora, na qual poucos, considerados “merecedores”, usufruem dos benefícios de seus esforços, enquanto muitos outros, tidos como “indignos”, sofrem as consequências de suas supostas escolhas e decisões.

Modalidades inclusivas de ensino, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ganham destaque quando se discute a necessidade de mudanças nas práticas educativas, uma vez que seu foco está voltado para o desenvolvimento de habilidades e da consciência crítica dos estudantes, e não apenas para a aprendizagem mecânica da leitura e da escrita (Cordeiro; Oliveira, 2014).

Os autores entendem que, a partir do momento que a valorização da expressão e do conhecimento prévio do aluno acontecem por parte do professor, ele é reconhecido como pessoa e como ser pensante, capaz de produzir sentido para os elementos explicados e, consequentemente, de compreender sua existência e inserção social, perdendo, dessa forma, a identidade de objeto vazio e (im)passível de qualquer modulação ou mudança.

Especialistas que atuam de forma indireta no processo educacional, como os psicólogos, lidam com a influência da cultura e da historicidade dos educandos sobre suas formas de pensar, agir e aprender. Nesse contexto, articulam seus conhecimentos técnicos e sua subjetividade profissional às experiências igualmente subjetivas dos estudantes com os quais trabalham. Contudo, a atuação desses profissionais não se restringe aos alunos, abrangendo toda a comunidade escolar, incluindo docentes, gestores, famílias e demais agentes envolvidos no processo educativo (Bonfim; Rossato, 2023).

1.3 Psicologia escolar e prisional

A intervenção da Psicologia na comunidade escolar descentraliza-se do atendimento individualizado e volta a sua atenção para professores, responsáveis, alunos, gestores e todos que impactam diretamente na rede educacional, visando não o tratamento destes, mas, sim, a prevenção e a crítica social de situações geradoras de violência, medo

e angústia, como o racismo e a homofobia (Paula; Vargas, 2023). Nesse sentido, é possível afirmar que o papel do psicólogo não se limita à educação básica, estendendo-se também a outras modalidades e níveis de ensino, muitas vezes menos visibilizados, mas igualmente relevantes para a promoção de uma educação inclusiva e transformadora.

O trabalho do psicólogo escolar em instituições que ofereçam modalidades diferentes de ensino e omitidas socialmente converge, principalmente, em oferecer uma intervenção acolhedora de demandas que, por possuírem caráter cotidiano, são esquecidas quando sanadas. Nesse contexto, favorece-se a ressignificação de experiências entre gestores, docentes e educandos, possibilitando processos contínuos de formação e reflexão profissional. Tal atuação mostra-se especialmente relevante em modalidades como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que trajetórias marcadas pela exclusão escolar podem gerar tensões e desafios específicos no ambiente educacional. (Gesser *et al.*, 2016).

A EJA, por exemplo, constitui-se como local de inseguranças providas dos educandos, que acreditam serem incapazes devido à sua educação tardia, e dos educadores, que são encarregados, por parte da sociedade, de transformar e libertar indivíduos por meio de sua atuação (Rodrigues *et al.*, 2014). Quando combinada com o seu exercício dentro do contexto prisional já mencionado antes, é possível identificar que o papel do psicólogo na educação e instituições de privação de liberdade, espaços onde há altas demandas para a implementação de ensino especializado em adultos, interligam-se ao permitir que o profissional pratique e execute uma psicologia humanizada, centrada na compreensão da subjetividade e da subjetivação social dos indivíduos atendidos, buscando a garantia de direitos tanto de alunos, quanto de professores (Cazarotto *et al.*, 2024).

Entretanto, em uma sociedade estruturada com base em mecanismos punitivos, direitos públicos, humanos e fundamentais (como a educação), precisam ser constantemente repensados e reafirmados no contexto das realidades prisionais, a fim de que seu propósito de garantir a cidadania dos sujeitos seja efetivamente concretizado, conforme apontam os autores anteriormente citados.

2. Objetivo geral

Investigar os impactos psicossociais decorrentes da implementação de práticas educacionais no sistema penitenciário brasileiro, bem como as condições de convivência humana nas penitenciárias e a importância da educação como forma para a reintegração social do indivíduo.

3. Método

A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho foi a revisão bibliográfica. Os diferentes métodos de pesquisa são, conforme Cavalcante e Oliveira (2020), formas de entender extensamente o objeto a ser pesquisado.

Cavalcante e Oliveira (2020) ainda caracterizam a revisão bibliográfica como a análise dos mais diversos tipos de documentos de cunho científico acerca do tema da pesquisa, desde artigos até teses, tratando-se, então, de uma retirada secundária de fontes informativos e não sucumbindo-se propriamente ao uso do empirismo.

Campos *et al.* (2023) propõem que, apesar da ciência normalmente voltar-se para o levantamento empírico de dados quantitativos, o enfoque para a compreensão da realidade cultural e subjetiva gerado pelas pesquisas qualitativas não pode ser ignorado, considerando, por esse viés, que todos os métodos possuem, implicitamente, intenção qualitativa. Assim, a revisão bibliográfica atualiza informações já existentes acerca de um determinado assunto e realiza o seu agrupamento; isso explica, então, a complexidade do

ato de pesquisar em seu mais amplo significado pois permite a investigação apurada do problema proposto.

A revisão bibliográfica ainda é dividida em diferentes categorias, sendo o “sistemático” selecionado para o presente trabalho. A revisão sistemática é, afirmam Galvão e Pereira (2022), uma forma estratégica de investigação e levantamento de um conjunto de estudos, visando a análise crítica e o resumo dos escolhidos, integrando, assim, um maior nível de resultados relevantes e consistentes com o tema a ser percorrido.

O presente trabalho seguiu as etapas da revisão bibliográfica sistemática elaboradas por Mancini e Sampaio (2007), que são: (a) escolha do tema e identificação do problema ou da questão central, (b) levantamento bibliográfico, (c) aprofundamento no levantamento bibliográfico por meio da pesquisa na internet e em bibliotecas, além de seleção das fontes, (d) verificação da qualidade dos métodos adotados pelos estudos e (e) apresentação dos resultados.

Sendo assim, para a definição dos estudos, as plataformas de dados escolhidas foram a Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scientific Eletronic Library Online – SciELO) e, em um segundo momento, para complementação da pesquisa, a plataforma Periódicos de Psicologia (PePsic), pertencente à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), levando em consideração a confiabilidade e a facilidade de filtragem durante o processo de seleção dos materiais.

Foram aplicados os seguintes critérios de inclusão para a escolha dos artigos: (a) publicação no período de 2010 até os dias atuais, com o intuito de manter a confiabilidade dos dados; (b) foco em educação prisional no contexto brasileiro. Para exclusão dos artigos, os critérios de filtragem foram: (a) publicação fora do período desejado; (b) trabalhos duplicados; (c) estudos em língua estrangeira; (d) artigos não referentes ao tema “educação prisional” ou ao contexto brasileiro;

A primeira busca ocorreu na plataforma SciELO no dia 05 de maio de 2025, utilizando o descritor “educação prisional”, o que resultou em 22 trabalhos encontrados. Ao considerar-se o critério de exclusão (a) publicação fora do período desejado, foi realizada a retirada de 01 deles na plataforma SciELO. Nenhum dos resultados encaixou-se dentro dos critérios de exclusão (b) trabalhos duplicados e (c) estudos em língua estrangeira.

Após a leitura dos títulos, foi aplicado o critério de exclusão (d) artigos não referentes ao tema “educação prisional” ou ao contexto brasileiro, gerando a retirada de 10 resultados. Desse modo, 11 estudos foram selecionados para a leitura de seus resumos, resultando na eliminação de 01; durante a leitura integral dos 10 trabalhos restantes, 01 foi removido. As duas últimas exclusões citadas também ocorreram devido ao critério (d). Durante este estágio, foram selecionados 09 estudos para a composição desta revisão bibliográfica.

Para que o trabalho abrangesse outros materiais, foi realizada uma nova pesquisa, no dia 26 de maio de 2025, na plataforma SciELO. Desta vez, foi utilizado o descritor “prisão”, que alcançou 317 resultados. Destes, 40 foram descartados devido ao critério (a) publicação fora do período desejado, 01 foi suprimido pelo critério (b) trabalho duplicado e 41 eliminados por se encaixarem no critério de exclusão (c) estudos em língua estrangeira. Durante a análise de títulos, foram abolidos 232 artigos pelo critério (d) artigos não referentes ao tema “educação prisional” ou ao contexto brasileiro. Desta forma, neste estágio foram selecionados mais 03 estudos após a leitura de seus resumos e de seus textos completos e excluídos 314 resultados.

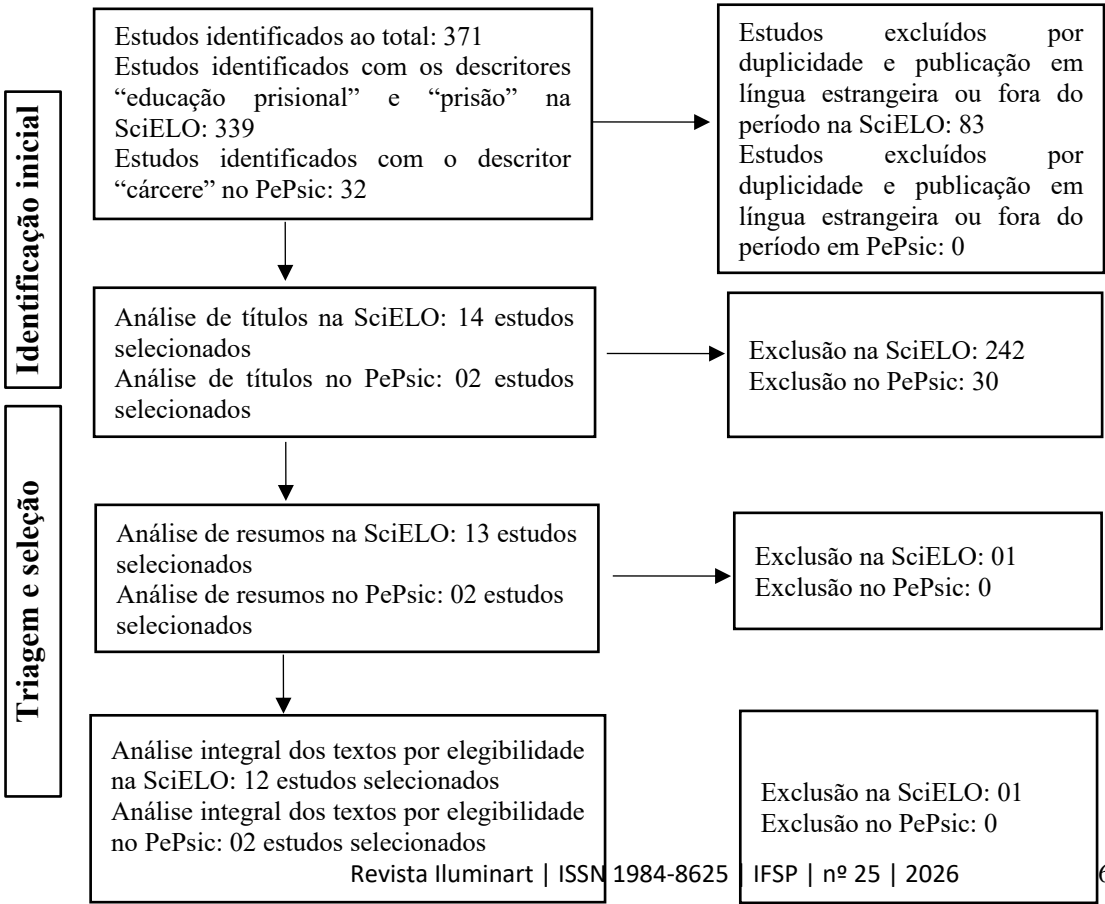
Também foi realizada uma busca na plataforma PePsic, utilizando o descritor “cárcere” e gerando 32 resultados. Destes nenhum foi excluído devido aos critérios (a) publicação fora do período desejado, (b) trabalhos duplicados e (c) estudos em língua estrangeira; durante a análise dos títulos, foram descartados 30 artigos por não se encaixarem no critério (d) artigos não referentes ao tema “educação prisional” ou ao contexto brasileiro. A leitura de seus resumos e de seus textos integrais não gerou nenhuma eliminação, constatando-se, assim, que 02 estudos foram selecionados nesta fase.

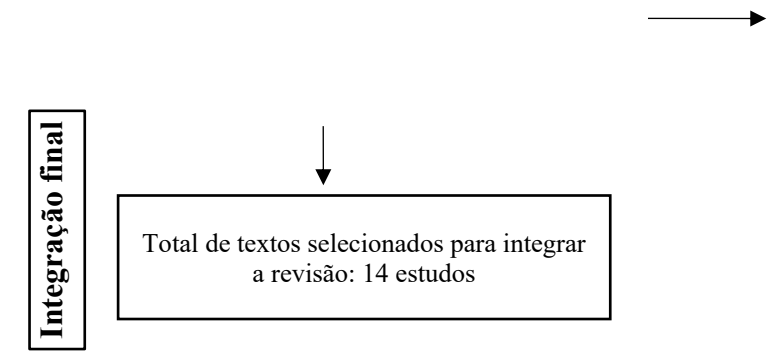
Desta forma, conclui-se que foram selecionados 14 artigos para integrarem a presente revisão bibliográfica. A figura 1 é um fluxograma representativo das etapas percorridas durante esta seleção metodológica dos materiais até a sua conclusão.

Para a análise textual dos materiais, foi escolhida a análise de conteúdo de Bardin (1977), que propõe três fases principais para este processo: (a) pré-análise, (b) exploração do material e (c) tratamento dos resultados. A pré-análise constitui-se em organizar e sistematizar ideias primárias, diferenciando-se, assim, a relevância e os objetivos dos estudos selecionados para o trabalho. Já a segunda fase tem a intenção de codificar elementos importantes encontrados nos materiais e categorizá-los por meio de diferenciações e agrupamentos de conceitos pertinentes ao trabalho. A última fase, tratamento dos resultados, é caracterizada pela compreensão e pela interpretação dos dados coletados.

A análise do conteúdo proposto por Bardin (1977), não é apenas uma técnicas de tratamento de dados, mas um procedimento interpretativo que contribui para a construção de inferências a partir da textualidade, alinhando-se a uma perspectiva qualitativa de produção de conhecimento. Portanto, a adoção desta análise como base epistemológica fundamenta-se na compreensão de que o conhecimento produzido não se limita à descrição dos textos, mas envolve também a interpretação dos sentidos, significados e contextos das produções científicas analisadas.

Tabela 1. Fluxograma de seleção dos artigos





Fonte: autores (2025)

4. Resultados e discussões

Acompanhando a metodologia de Bardin (1977), a análise dos artigos científicos foi categorizada baseando-se nos tópicos mais abordados e considerados relevantes dentro deles. A divisão das categorias foi realizada da seguinte forma: (a) instituições prisionais e direitos humanos; (b) educação prisional e a possibilidade de reintegração; (c) a utilização da criatividade na educação prisional.

Tabela 2. Artigos selecionados

SciELO – “Educação prisional”	SciELO – “Prisão”	PePsic – “Cárcere”
Encarceramento e educação prisional em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil (FRANÇA, R. M. S., 2023)	A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas (ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F., 2013)	Relato de Experiência: Psicodrama, Educação e Cárcere - Encruzilhadas Emergentes (OLIVEIRA, P. A.; MARTIN, M. A. F., 2024)
A prática docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional (BESSIL, M. H.; MERLO, A. R. C., 2017)	A prisão: instituição educativa? (ONOFRE, E. M. C., 2016)	Relato de Experiência: Grupo de Leitura na Cadeia Pública de Porto Alegre (GARCIA, G. P.; PICON, F. H., 2024)
A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG) (OLIVEIRA, C. B. F., 2013)	Educação e trabalho em um Centro de Reeducação Feminina: Um estudo de caso (IRELAND, T. D.; LUCENA, H. H. R., 2016)	
A cultura da escola prisional: entre o instituído e o instituinte (VIEIRA, E. L. G., 2013)		
Cenários da Educação de mulheres jovens e adultas em situação de privação de liberdade no contexto brasileiro (SOUZA, M. C. R. F.; NONATO, E. M. N.; FONSECA, M. C. F. R., 2020)		
A eficácia sociopedagógica da pena de privação de liberdade (SILVA, R., 2015)		
Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino (CUNHA, E. L., 2010)		

Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? (ANDRIOLA, W. B. 2013)		
O presídio feminino como espaço de aprendizagens ((IRELAND, T. D.; LUCENA, H. H. R., 2013)		

Fonte: autores (2025)

4.1 Categorias de análise

4.1.1 Instituições prisionais e direitos humanos

A categoria de análise “Instituições prisionais e direitos humanos” evidencia o distanciamento entre a função oficial de ressocialização por meio educativo e as condições realistas vivenciadas pelos indivíduos privados de liberdade.

As duas maiores intenções do sistema prisional brasileiro são, à medida que se aplica a punição em consequência do delito cometido pelo sujeito, também reintegrá-lo à sociedade com a menor potencialidade de reincidência possível e restituir, por conseguinte, os direitos e a cidadania que a privação da liberdade retirou. A prisão, então, local onde o aspecto corretivo do cárcere tem sua maior aplicação e predominância, demonstra que suas diversas condições precárias para a sobrevivência humana, como a superlotação, a falta de higiene geradora de doenças e a escassez alimentícia, ainda são formas de castigar física e mentalmente os encarcerados (Bessil; Merlo, 2017).

Conforme França (2023), a punição não é um cenário incomum para as instituições prisionais: desde o Brasil Colônia, em que o sistema se permeava de severidades, castigos corporais e penas de morte à escravizados e indígenas, é comum que os direitos humanos das pessoas aprisionadas sejam ignorados. Com as transformações dos mecanismos de controle e das relações de poder social, tais repreensões tornam-se menos rígidas em sua aplicação direta, mas mais intensas quando assumem um caráter manipulativo. O preso, ao compartilhar o contexto com as condições descritas anteriormente, estaria retribuindo à sociedade pelos seus erros passados; assim, a reintegração do indivíduo é abandonada em favor da continuidade de uma lógica estritamente corretiva.

No entanto, apesar da visão nada positiva e corroborada pela sociedade acerca instituições prisionais, é necessário lembrar que há a responsabilidade do Estado em garantir e promover práticas que fortaleçam seus direitos e desenvolvimento humano, e isso inclui apenas privados de liberdade. Assim, momentos de aprendizagem que auxiliem na formulação ou na restauração de projetos e planejamentos para o futuro do encarcerado são de extrema importância para estes, pois frequentemente enfrentam a rememoração de sua condição social marginalizada e das circunstâncias que a determinaram (Onofre; Julião, 2013).

Dessa forma, é nas tentativas de elaboração de processos que gerem a ressignificação de experiências por parte do apenado, não ignorando a compreensão que estes possuem sobre seu poder de mudança da realidade social em que foi inserido, que se fundamenta a busca pela (re)educação desses indivíduos, que frequentemente se encontram fadados a se enraizar em um ambiente que não visa nem mesmo à sua sobrevivência, conforme aponta Onofre (2016).

Portanto, observa-se que a efetiva integração social dos presos depende da garantia de direitos humanos e da implementação de práticas educativas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e a reconstrução de projetos de vida que superem a lógica exclusivamente punitiva do cárcere.

4.1.2 Educação prisional e a possibilidade de reintegração

Esta categoria reúne as discussões sobre as finalidades, os desafios e as possibilidades da educação no sistema prisional. Os autores analisados evidenciam diferentes concepções acerca do papel da educação no cárcere, destacando aspectos relacionados à reintegração social, às condições de ensino e às limitações impostas pelo contexto prisional.

Segundo Bessil e Merlo (2017), citados anteriormente, a educação, como direito humano assegurado pela Constituição Federal, encontra na prisão uma forma diferente de ser efetuada: desde a situação legal dos presos, proporcionadora de uma alta rotatividade de turmas, até o local onde ela se emprega, dificultador da compreensão da realidade fora dele, o desafio a ser encarado pelos docentes é entregar uma pessoa “restaurada” de volta à convivência em sociedade e aos direitos perdidos por culpa da falta de liberdade; ou seja, os autores confirmam que há um compromisso educacional com a sociedade punitiva e, ao mesmo tempo, com o penalizado, firmando-se uma espécie de contrato de harmonia entre os três elementos.

Oliveira (2013) declara que, neste cenário onde o ensino deveria proceder com a tentativa de equilibrar e sanar as vontades dos outros dois componentes, o ato de estudar, partindo de um detento, é visto como um modo de evitar o ócio, a reincidência de práticas ilegais e, conseqüentemente, endossar a segurança pública. Com isso, a educação desvia-se de seu objetivo humanitário, ajustando-se apenas às vontades civis, e fixa-se como oportunidade, benefício ou privilégio cedido apenas àqueles que obedecem às leis explícitas e, muitas vezes, às implícitas da prisão, o que a autora associa às lógicas de premiações e repreensivas que perpetuam dentro e fora do sistema prisional.

Ao considerar as bases utilizadas pelos professores para o preparo de suas aulas e para a reinserção social de seus alunos, depreende-se que a tal “oportunidade” de elevar o nível educacional consiste, na realidade, em adequar o indivíduo a uma sociedade pautada pela valorização do capital e do poder. Embora essa perspectiva inclua a educação, a capacitação e a qualificação profissional para uma futura inserção no mercado de trabalho, tais processos não ocorrem de forma contínua e não contemplam, como no ensino desenvolvido em espaços educacionais tradicionais, a leitura crítica da realidade nem os possíveis caminhos para sua transformação (Cunha, 2010).

De acordo com Ireland e Lucena (2016), a situação verdadeira, ignorada a favor da meritocracia prisional, em que o educando do sistema prisional brasileiro encontra-se, é marcada pela influência de fatores sociais como raça, gênero, baixa renda e vivência em territórios socialmente vulneráveis. Assim, a atuação do docente, que visa a reintegração do sujeito, é barrada pelos desafios externos ao ambiente prisional; internamente, as adversidades a serem enfrentadas, segundo os autores, são as trocas frequentes de professores, a escassez de aulas e a distribuição de oportunidades desiguais entre os presidiários que não colabora para que estes visualizem a educação prisional como um meio para desenvolver-se e, sim, como uma restituição irrelevante de suas práticas errôneas anteriores.

Ainda que existam obstáculos a serem transpassados quando o assunto é educação prisional, Vieira (2013) observa que houve uma transformação positiva no sistema que antes era regido apenas pela perspectiva corretiva. A pesquisadora compreende que o ensino e a prisão são conceitos culturais que, ao se articularem, possibilitam o desenvolvimento e a valorização das experiências, das criações e das potencialidades dos detentos, conferindo maior elasticidade a ambos. Por constituírem espaços relacionais, sujeitos à ação e à rejeição tanto de educadores quanto de educandos, esses conceitos não permanecem estáticos, mas se transformam e se configuram historicamente.

Para evidenciarem seus alunos e adaptarem-se às demandas crescentes do Estado e de seus precários ambientes de trabalho, os professores atuantes em prisões demonstram maiores satisfações com as atividades que realizam ao terem chances de desenvolverem ações interdisciplinares com as demais equipes dos locais, complementando suas formações, além de proporcionarem tarefas cooperativas que incentivem a reflexão entre os alunos, compreende Andriola (2013).

Desse modo, Souza, Nonato e Fonseca (2020) concluem que a efetivação de mudanças estruturais no sistema, incluindo, no caso, os currículos educacionais, auxiliariam no alcance do impacto desejado da reintegração do sujeito: o foco na empregabilidade é de suma importância, contudo, projetos socioculturais, de incentivo à leitura e, principalmente, de desenvolvimento do letramento digital de alunos privados de liberdade e isolados de um mundo em constante transformação tecnológica possuem relevância própria.

Os resultados desta categoria indicam que a educação prisional é marcada por contradições entre sua função de garantia de direitos e as limitações do sistema penitenciário. Embora sejam identificados obstáculos estruturais e sociais, os estudos apontam que práticas educativas voltadas ao desenvolvimento humano e à inclusão social podem contribuir para a reintegração dos sujeitos privados de liberdade.

4.1.3 Utilização da criatividade na educação prisional

Esta categoria de análise aborda a educação no contexto prisional para além do ensino formal, destacando o papel da arte, da cultura e de práticas expressivas na promoção da saúde mental e na ressignificação da experiência do cárcere.

Quando se trata de ferramentas para a promoção de educação entre os sujeitos e redução de possíveis adoecimentos e danos psicológicos causados ou intensificados pelo cárcere, Garcia e Picon (2024) acreditam que a arte e cultura sejam as melhores opções a serem oferecidas pelo Estado. Além do contato com a língua portuguesa, matéria tradicional de qualquer currículo escolar, a leitura de ficções, por exemplo, permite que a pessoa acesse o seu psíquico sem expor-se diretamente aos outros, manifestando, desse modo, uma ação terapêutica intrapessoal.

Outro exemplo de prática educacional focada também na promoção da saúde mental do sujeito é o projeto proposto por Oliveira e Martin (2024), em que se constatou que as atividades psicodramáticas, nas quais os participantes escreviam poesias e as dramatizavam, favoreceram o contato com a própria existência, o desenvolvimento do afeto pela própria subjetividade e o fortalecimento dos vínculos entre os encarcerados.

Observa-se, portanto, que as aprendizagens implícitas, ou biográficas, possuem elementos que buscam incorporar tanto o ensino direto de disciplinas tradicionais quanto as experiências internas e externas de seus educandos, exigindo-se uma formação e uma análise contínua dos professores e dos gestores públicos acerca dos recursos disponibilizados dentro das prisões (Ireland; Lucena, 2013).

Contudo, apesar das várias barreiras presentes nas prisões, tanto para a reintegração de pessoas que frequentemente tiveram seus direitos básicos negados antes mesmo da privação de liberdade quanto para a prevenção da reincidência, nada se mostra mais eficaz do que a transformação da sociedade para além dos muros do cárcere: o acesso à educação básica, à saúde, à alimentação e a todas as outras garantias que deveriam ser inerentes, e não privilégios, a qualquer ser humano, incluindo-se, nesse caso, os mais vulneráveis da atual sociedade (Silva, 2015).

Portanto, nota-se que práticas educativas baseadas na arte e na cultura contribuem significativamente para a saúde mental e a reintegração social de pessoas encarceradas,

ao estimular a reflexão e novas formas de enfrentamento da realidade prisional. No entanto, sua efetividade depende de políticas públicas mais amplas e da garantia de direitos básicos, sendo a educação e a redução das desigualdades sociais fatores essenciais para mudanças estruturais no sistema prisional.

5. Considerações finais

A educação prisional constitui um instrumento fundamental no processo de ressocialização de pessoas privadas de liberdade, embora sua efetividade dependa de múltiplos fatores estruturais, institucionais e sociais.

Após a análise teórica dos estudos selecionados, infere-se que as práticas educacionais dentro das prisões apresentam valores significativos para o processo de reintegração do sujeito encarcerado à sociedade. No entanto, esse objetivo educacional enfrenta graves e notórios obstáculos para sua efetiva concretização na maioria dos indivíduos.

A vida em um mundo sob controle incessante, seja ele aplicado por forças visíveis ou não, proporciona aos seus subjugados apenas a manutenção do sistema em que habitam: todos são vistos como merecedores das condições que enfrentam e têm o poder para escaparem delas. Entretanto, observa-se que problemas como a fome e o desemprego são consequências de uma estrutura social que incentiva a busca pelo poder, o que pode resultar em formas de dominação e exclusão, ainda que indiretas.

Na busca incessante pelo poder, promovido pela lógica da cultura neoliberal, nota-se que os sujeitos em maior situação de vulnerabilidade são os mais expostos às circunstâncias punitivas e, conseqüentemente, às prisões. Na contemporaneidade, as instituições penitenciárias apresentam-se como espaços de correção e reintegração do indivíduo, porém, preservam ainda vários traços de seu passado histórico repressor marcado pelo castigo físico como finalidade central, reproduzindo formas simbólicas de violência sobre seus ocupantes.

Sob a perspectiva da Psicologia, a educação, entendida como possibilidade de transformação, enfrenta limitações impostas pelas formas tradicionais de sua implementação no contexto prisional. Assim, a elaboração de projetos e ações focados na interdisciplinaridade das atuações profissionais e nas atividades colaborativas entre os educandos devem se constituir como prática essencial, visando à mudança e à ressignificação das experiências vivenciadas pelos sujeitos.

Portanto, evidencia-se que a educação somente alcançará seu potencial transformador quando articulada a práticas interdisciplinares e a superação da lógica estritamente punitiva, favorecendo uma reintegração fundamentada na garantia de direitos, na redução das desigualdades e na promoção da cidadania.

Referências

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? **Revista Educação & Realidade**, vol. 38., n. 01, p. 179-204, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/h7PxbDjyRGDzDhMQrWQKSty/>. Acesso em: 09 ago. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BESSIL, Marcela Haupt; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 21, n. 02, p. 285-293, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121115>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BONFIM, Francisca; ROSSATO, Maristela. A expressão da subjetividade na atuação em psicologia escolar. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 43, e246666, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003246666>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CAMPOS, Livia Rezende Miranda *et al.* A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, vol. 22, n. 57, p. 96-110, 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3042>. Acesso em: 29 mar. 2025.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, vol. 26, n. 01, p. 83-102, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006. Acesso em: 27 mar. 2025.

CAZAROTTO, Paula da Rosa *et al.* **Controle e sanção na reintegração social: o papel da psicologia no contexto prisional**. São Paulo: Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciência e Educação, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16095>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CHEVITARESE, Leandro; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Da sociedade disciplinar à sociedade de controle: a questão da liberdade por uma alegoria de Franz Kafka, em O processo, e de Phillip Dick, em Minority Report. **Revista Estudos de Sociologia**, vol.1, n. 8, p. 129-162, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235443>. Acesso em: 03 mar. 2025.

COSTA, Rogério da. Sociedade de Controle. **Revista São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n.1, p. 161-167, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100019>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CORDEIRO, Euzane Maria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. Práticas pedagógicas Inclusivas na Educação de Jovens e Adultos. **Cadernos da Fucamp**, vol. 13, n. 18, p. 128-142, 2014. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/395>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cadernos CEDES**, vol. 30, n. 81, p. 157-178, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000200003>. Acesso em: 09 ago. 2010.

DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, p. 219-226, 1992.

DE MAEYER, Marc. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Revista Educação & Realidade**, vol. 38, n. 01, p. 33-49, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dh4zJZ6tdWTRQmMRGDY3SvF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2025.

DIAS, Érika. A educação e a escola. Para que servem as escolas?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 31, n. 120, p. 621-629, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003101201>. Acesso em: 15 fev. 2025.

DONEGÁ, Magda Sílvia. As relações humanas nas prisões e suas implicações para a Educação de Jovens e Adultos. **Obutchénie: Revista de didática e psicologia pedagógica**, vol. 06, n. 03, p. 858-874, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/OBv6n3.a2022-67186>. Acesso em: 07 mar. 2025.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de. Encarceramento e educação prisional em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 44, e268702, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.268702>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FERREIRA, Marylin Regal; ALVES, José Matias; PALMEIRÃO, Cristina. Meritocracia, excelência e exclusão escolar: uma scoping review. **Cadernos de Pesquisa – Educação Básico, Cultura, Currículo [online]**, vol. 53, e10250, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531410250>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Maurício Gomes. Revisões sistemáticas e outros tipos de síntese: comentários à série metodológica publicada na Epidemiologia e Serviços de Saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil [online]**, vol. 31, n. 03, e2022422, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/Y9kdncBVqh4bHx9CBN8xHCd/?lang=pt>. Acesso em: 07 mai. 2025.

GARCIA, Georgia Peracchi; PICON, Fernanda Hampe. Relato de Experiência: Grupo de Leitura na Cadeia Pública de Porto Alegre. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 24, e83484, 2024. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812024000100804&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2025.

GESSER, Marivete *et al.* Educação de Jovens e Adultos e Psicologia: intervenções e saberes. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 11, n. 02, p. 388-398, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200009. Acesso em: 11 ago. 2025.

GHANEM, Elie. A educação na mudança social: lugar central, lugar secundário e lugar nenhum. **Educar em Revista**, n. 45, p. 213-229, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000300015>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GOMES, Claudia; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Revista Psicopedagogia**, vol. 28, n. 86, p. 185-193, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000200009. Acesso em: 16 fev. 2025.

IRELAND, Timothy Denis; LUCENA, Helen Halline Rodrigues de. Educação e trabalho em um centro de redução feminina: um estudo de caso. **Cadernos CEDES**, vol. 36, n. 98, p. 61-78, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162651>. Acesso em 04 ago. 2025.

IRELAND, Timothy Denis; LUCENA, Helen Halline Rodrigues de. O presídio feminino como espaço de aprendizagens. **Revista Educação & Realidade**, vol. 38, n. 01, p. 113-136, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/sX4Hd5wtjksvSbhzmhdyVbK/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). **Revista Educação e Pesquisa**, vol. 39, n. 04, p. 955-967, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000017>. Acesso em: 02 ago. 2025.

OLIVEIRA, Pedro Afonso de; MARTIN, Maria Aparecida Fernandes. Relato de experiência: psicodrama, educação e cárcere - encruzilhadas emergentes. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 24, e83530, 2024. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812024000100807. Acesso em: 10 ago. 2025.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A prisão: instituição educativa?. **Cadernos CEDES**, vol. 36, n. 98, p. 43-59, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-326220161626569>. Acesso em: 02 ago. 2025.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Revista Educação & Realidade**, vol. 38, n. 01, p. 51-69, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/V5W4MGrPhHnWn4HGnKcrs5L/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PAULA, Brenda da Silva; VARGAS, Thamires Bandoli Tavares. A inserção do psicólogo nas escolas públicas brasileiras: uma compreensão da efetivação da lei 13.935/2019. **Revista Ibero-Americana de**

Humanidades, Ciências e Educação, vol. 09, n. 09, p. 3795-3812, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11462>. Acesso em: 15 ago. 2025.

PRATA, Maria Regina dos Santos. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 108-115, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100009>. Acesso em: 27 fev. 2025.

RODRIGUES, Gabrielli Tochetto *et al.* Psicologia e educação de jovens e adultos: um desafio em construção. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 18, n. 01, p. 181-184, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100020>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, vol. 11, n. 01, p. 83-89, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>. Acesso em: 13 mai. 2025.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 23, n. 02, p. 293-308, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SILVA, Roberto da. A eficácia sociopedagógica da pena de privação da liberdade. **Revista Educação e Pesquisa**, vol. 41, n. 01, p. 33-48, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022015011381>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; NONATO, Eunice Maria Nazareth; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Cenários da Educação de mulheres jovens e adultas em situação de privação de liberdade no contexto brasileiro. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 28, n. 108, p. 811-832, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002801758>. Acesso em: 10 ago. 2025.

VIEIRA, Elizabeth de Lima Gil. A cultura da escola prisional: entre o instituído e o instituinte. **Revista Educação & Realidade**, vol. 38, n. 01, p. 93-112, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/b8WtyLXhVVBj8SGqghXFVVVR/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de *et al.* Os limbos felizes da não-identidade: tensões e implicações. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, vol. 11, n. 3, 1217-1264, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011001300013. Acesso em: 05 mar. 2025.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. Traduzido por Paula Miraglia e Hélio de Mello Filho. **Revista Novos Estudos**, ed. 80, p. 9-19, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100002>. Acesso em: 07 mar. 2025.